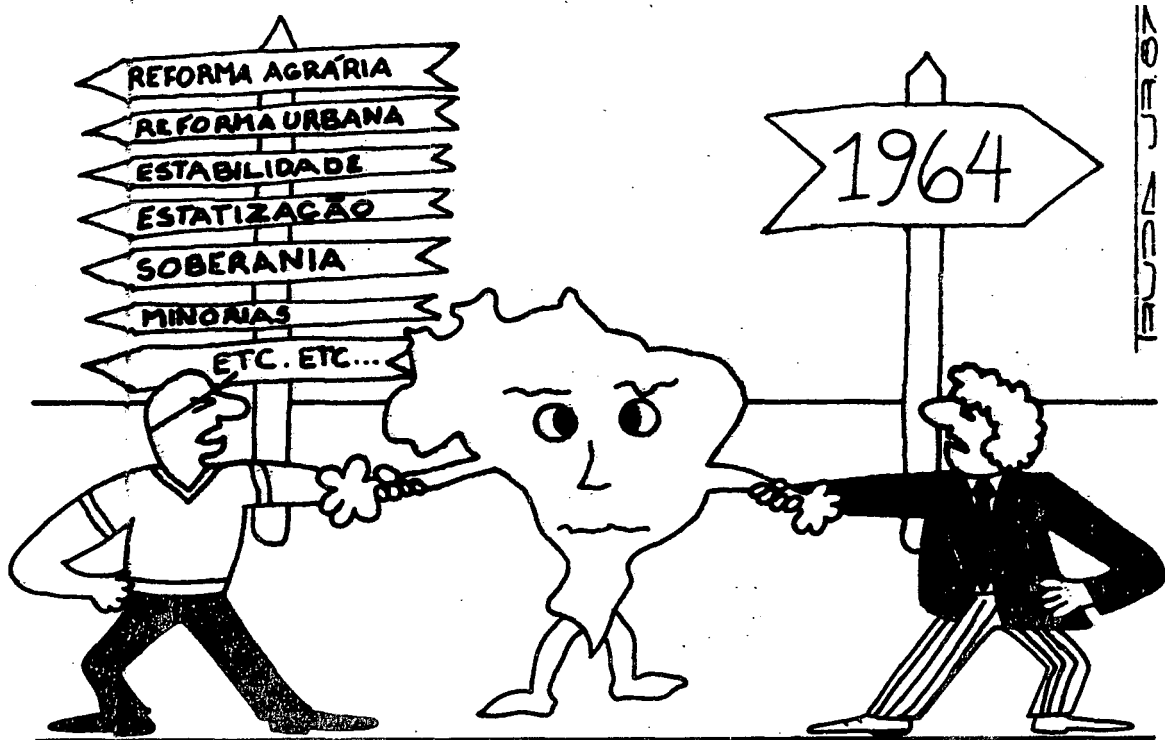


Aconteceu

ARTICULAÇÃO DE DIREITA NA CONSTITUINTE QUER DERRUBAR PROPOSTAS PROGRESSISTAS

MANDELA
MC
GERAL



Aconteceu

nº 432/433

novembro/1987

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho
(coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Estarci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte

ARTE GRAPHICA

Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade
analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com
os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00 ☐

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio

você recebe de brinde

um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

CEP: _____

Est.: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias
veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

CEP: _____

Est.: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

COMISSÃO DECIDE POR PARLAMENTARISMO COM CINCO ANOS

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte rejeitou ontem a proposta de se manter a fórmula presidencialista na próxima Constituição por 57 votos a 36. A Comissão rejeitou o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) a tese do mandato de seis anos para presidente da República e aprovou um mandato de cinco anos. "Foi uma motoniveladora parlamentarista que passou sobre os presidencialistas". O comentário do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), reflete com exatidão o que se passou de manhã na Comissão. Passarinho, que votou a favor do presidencialismo, dirigiu a sessão e foi um dos que haviam tentado aprovar a proposta do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). A emenda de Barbosa unificou todos os partidários do presidencialismo, do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), ao presidente do PT e líder do partido na Câmara e na Constituinte, Luis Inacio da Silva (SP), mas não adiantou. (FSP - 31/10/87)

SISTEMATIZAÇÃO DEFINE FUNCIONAMENTO DO PARLAMENTARISMO

Presidente - O presidente é eleito por voto direto. Se não conseguir maioria absoluta, haverá segundo turno de votação, também direta, trinta dias depois, concorrendo só os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Neste caso, será eleito o que tiver maioria simples dos votos. O presidente, a partir de sua posse, não poderá estar filiado ou vinculado a qualquer partido político. O mandato do presidente é de cinco anos. Fica proibida a reeleição. Se houver vacância do cargo haverá nova eleição 45 dias depois. Neste caso, o eleito inicia um novo mandato. Não há vice-presidente. Em caso de im

pedimento, assume o cargo sucessivamente o presidente da Câmara, do Senado ou do Supremo Tribunal Federal.

Atribuições do presidente - O presidente é o chefe do Estado e o comandante das Forças Armadas. Nomeia e demite o primeiro-ministro. No caso dos demais ministros, só por proposta do primeiro-ministro. Pode vetar total ou parcialmente projetos de lei ou pedir sua reconsideração ao Congresso. Nomeia também os membros dos tribunais superiores, das embaixadas e os diretores do Banco Central, entre outros, mas não nomeia funcionários da administração federal. Decreta intervenção federal, Estado de Defesa e Estado de Sítio mas só a pedido do primeiro-ministro e ouvido o Conselho da República. Pode comparecer ao Congresso Nacional sempre que houver "manifestações relevantes" e delegar atribuições ao primeiro-ministro.

Primeiro-ministro - É nomeado pelo Congresso, podendo ser um senador ou um deputado. É o condutor da administração federal, isto é, o chefe do governo. É quem elabora o programa de governo e o submete à Câmara. Indica, para nomeação do presidente, os demais ministros. O mesmo procedimento vale para as exonerações. Presta contas anualmente ao Congresso, expede decretos e regulamentos, acompanha os projetos em tramitação na Câmara ou no Senado, e nomeia e demite os funcionários públicos federais. Comparece mensalmente ao Congresso para apresentar relatório sobre a execução do programa de governo. Preside o Conselho de Ministros, cujas decisões são sempre por maioria absoluta de seus membros.

Formação do governo - O governo é formado pelo primeiro-ministro e demais ministros e goza necessariamente da confiança da Câmara. Se esta não ocorrer, cai o governo. Dez dias depois de indicado, o primeiro-ministro apresenta seu programa de governo ao Congresso. A Câmara terá dez dias para aprová-lo ou não. Se rejeitar, o presidente da República terá que nomear

outro primeiro-ministro. Se houver uma segunda rejeição consecutiva pela Câmara, esta tem a iniciativa de indicar o primeiro-ministro. Se não conseguir elegê-lo, a iniciativa volta ao presidente, que poderá ou dissolver a Câmara e convocar novas eleições ou nomear novamente o primeiro-ministro.

Voto de confiança - Se a Câmara negar voto de confiança, o governo se demite. Neste caso, o presidente pode convocar novas eleições dissolvendo a Câmara, desde que por solicitação do primeiro-ministro e parecer favorável do Conselho da República. A moção de censura ao governo só poderá ser apresentada pela Câmara seis meses depois da posse do primeiro-ministro. Se a moção for rejeitada pela maioria da Câmara, os signatários não poderão apresentar outra nos próximos seis meses. O primeiro-ministro pede voto de confiança sempre que quiser, mas se a Câmara rejeitar alguma proposição isso não significará a queda de todo o governo. São permitidas só três moções de censura em cada sessão legislativa.

Conselho de Defesa - É definido como um órgão superior de consulta do presidente da República, que também o preside. É composto pelo presidente da Câmara, do Senado, pelo primeiro-ministro, os líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, o ministro da Justiça e por seis cidadãos escolhidos: dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado (não necessariamente senadores), dois eleitos pela Câmara (não necessariamente deputados), todos com três anos de mandato, vedada a reeleição. O Conselho da República pronuncia-se sobre a dissolução da Câmara, nomeação e demissão do primeiro-ministro e demais ministros e questões definidas como relevantes para as instituições democráticas.

Conselho de Defesa - É também um órgão de consulta do presidente mas para assuntos específicos de soberania nacional e defesa do Estado democrático. É formado pelo presidente da República, pelos presidentes da Câmara e Senado, pelo primeiro-ministro, ministro da Justiça, os ministros

militares, das Relações Exteriores e Planejamento. Opina em caso de guerra e celebração de paz, Estado de Defesa, Estado de Sítio e intervenção federal. Propõe critérios para uso de áreas definidas como indispensáveis à segurança nacional, como, por exemplo, faixas de fronteira ou uso de recursos naturais, bem como sua preservação. Analisa ou propõe iniciativas para assegurar a independência nacional ou a defesa do Estado Democrático.

Oposição - A proposta prevê o "shadow cabinet", isto é, o "gabinete das sombras". Ou seja, o líder da oposição no Congresso e seus respectivos vice-líderes ficam autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes. Gozam do mesmo status regimental e legal concedido ao primeiro-ministro e seus ministros. O gabinete alternativo pressupõe que o primeiro-ministro e os demais ministros comparecerão regularmente ao Congresso. O ministro do Trabalho responderá, então, ao vice-líder da oposição que trata das questões trabalhistas; o primeiro-ministro responderá ao líder da oposição. Como o governo parlamentarista pode cair, a oposição tem que estar preparada para assumir. (FSP - 1/11/87)

CENTRO MOBILIZA 210 PARA MUDAR REGRA DA CONSTITUINTE

Um movimento suprapartidário, liderado pelo Centro Democrático do PMDB, tomou de assalto a Constituinte para evitar a predominância de teses progressistas na Constituição. Hoje, o grupo espera obter as 280 assinaturas, número suficiente para mudar o regimento interno e, com isso, poder modificar em plenário os capítulos referentes às ordens econômicas e sociais - estatização, estabilidade, jornada de trabalho e reforma agrária, por exemplo - constantes do relatório que está sendo votado pela Comissão de Sistematização. As 18h de ontem, o grupo já tinha 210 assinaturas e uma previsão de obter mais 70. O projeto de resolução que altera o regimento interno faculta "à maioria absoluta da

Assembléia apresentar substitutivos a títulos, capítulos e seções", além de emendas tópicas. O presidente Sarney fez chegar ao conhecimento do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que esse movimento transcende a qualquer orientação do Planalto, ainda que esteja havendo uma coincidência de interesses, como na questão do sistema de governo. O movimento, segundo o interlocutor de Sarney, está sendo articulado por forças empresariais poderosas. (JB - 4/11/87)

ULYSSES TROCA MUDANÇA NO REGIMENTO POR VOTAÇÃO RÁPIDA

O deputado Ulysses Guimarães, aproveitará a mudança do regimento do Congresso constituinte defendida pelos parlamentares "conservadores" do "centrão" para viabilizar, de comum acordo com eles, uma idéia que cultiva há muito tempo: encurtar ao máximo o prazo de votação em plenário do projeto de Constituição e promulgar a nova Carta, se possível, ainda este ano. Ulysses teme, segundo apurou a **Folha**, que o prolongamento dos trabalhos constituintes acabe agravando o quadro de instabilidade do governo Sarney e do processo de transição política. "Estamos fazendo um esforço para acelerar a tramitação do substitutivo da Comissão de Sistematização no plenário", disse Ulysses ontem, depois de conversar sobre a mudança de regimento com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA). A primeira etapa desse "esforço" foi superada com o acordo firmado no último sábado entre Ulysses e os líderes do "centrão". Ulysses disse ao deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) que em uma semana estará votado e aprovado o projeto de nydabla dí regunebti qye i "centrão" apresentará hoje à noite na sessão do Congresso constituinte. No fim de semana, além de Fiuza, Ulysses conversou com o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Bonifácio Andrada (PDS-MG), todos do "centrão". O acordo com o "centrão" prevê que a Mesa do Congresso constituinte (através de Ulysses) apresentará um projeto pró-

prio de mudança do regimento, incorporando aquilo que Ulysses quer - o encurtamento dos prazos e votação - e aquilo que os constituintes conservadores desejam - a possibilidade de apresentarem emendas

novas ao projeto da Sistematização. O projeto de resolução que o "centrão" apresentará hoje, propondo mudança no regimento, prevê a possibilidade de emendas novas a todo o texto da Sistematização, ou seja, emendas a títulos, capítulos, parágrafos, etc.. Ulysses, segundo apurou a **Folha**, designará um relator para apreciar o projeto de resolução, que será emendado e votado, mas com menos abrangência que o original. (FSP - 10/11/87)

"CENTRO" CONSEGUE 314

ASSINATURAS PARA MUDAR REGIMENTO

Com apoio de 314 parlamentares, o "Centrão" apresentou ontem à noite seu projeto de resolução propondo mudança no regimento interno do Congresso constituinte. A abrangência das mudanças já dividiu o plenário, ontem, entre "progressistas" e "conservadores", com o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte buscando uma fórmula conciliatória. O "Centrão", grupo "liberal-conservador" do Congresso constituinte, quer que o regimento permita apresentação de emendas a todo o projeto da Comissão de Sistematização, isto é, a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, etc.. A esquerda do PMDB mais o PT, PDT e os partidos comunistas querem que o novo regimento permita emendas no máximo a seções do projeto da Sistematização, pois temem o "rolo compressor" da direita se a abrangência for maior. A sessão de ontem à noite do Congresso constituinte foi convocada na semana passada por Ulysses Guimarães quando ficou claro que o "Centrão" tinha de fato maioria absoluta do plenário (280 a 559) para propor a mudança do regimento. Ontem, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos articuladores do "Centrão" leu o projeto de resolução

ção, os nomes dos constituintes que o apóiam e um "Manifesto à Nação". O manifesto defende a livre iniciativa como "propulsora do progresso" e a igualdade de oportunidades como "fundamento de uma vida digna e pacífica". Nega vinculação "com qualquer grupo ou instituição externa ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte" e diz que seu projeto de resolução "não pretende a substituição global do projeto ora em votação na Comissão de Sistematização". (FSP - 11/11/87)

EMPRESÁRIOS UNIFICAM SEUS 'LOBBIES'

A aprovação da estabilidade no emprego, pela Comissão de Sistematização, foi o principal motivo para que os empresários urbanos e rurais decidissem criar a Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI). Congregando representantes da União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria, a FNLI surge para reagir ao que considera "avanços da esquerda" no Congresso constituinte. O primeiro encontro de lideranças, coordenado pelo presidente da UDR, Ronaldo Caiado, ocorreu no último dia 23, em Londrina (PR). Na ocasião, Caiado afirmava que os empresários não poderiam ficar aguardando decisões de "um governo incompetente". De lá até agora, foram realizadas mais duas reuniões com representantes dos banqueiros, comerciantes, agricultores e industriais, visando unir toda as assessorias parlamentares das diversas entidades e, em bloco, fortalecer o "lobby" em defesa de interesses comuns. A FNLI realiza hoje um novo encontro. Desta vez para decidir sobre a promoção de concentrações populares para contestar as teses já aprovadas pelo Congresso constituinte - e que contrariam o pensamento da livre iniciativa. A FNLI acredita que possua pelo menos 295 parlamentares simpatizantes de suas propostas.

Ontem, o coordenador do departamento jurídico da FNLI, Fernando Vergueiro, disse que dos quase 1.500 destaques do Congresso constituinte, cerca de trezentos - para os títulos I (Dos Princípios Fundamentais) e II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais) - contemplam as pretensões dos empresários. Ele qualificou o fato como um grande avanço dos empresários urbanos e rurais que, em tão pouco tempo de união, conseguiram garantir 25% dos destaques para o plenário. (FSP - 4/11/87)

OAB DENUNCIA 'GOLPISMO DA DIREITA'

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem que "os setores conservadores e comprometidos com o movimento de 1964" estão querendo "desestabilizar o processo constitucional". Referindo-se à União Brasileira de Empresários (UBE), ele disse que "o discurso destas entidades é perigosamente golpista". Bastos pediu que a sociedade prestigie o Congresso constituinte como forma de barrar essas articulações. Anunciou que já vem mantendo contatos neste sentido com a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Associação Brasileira de Imprensa e Central Única dos Trabalhadores. Bastos afirmou que a UBE é "absolutamente insensata". "Os empresários - afirma - nunca ofereceram uma alternativa que fosse uma plataforma de sustentação da classe operária". Caso "mudanças fundamentais", como a redistribuição de renda, não sejam prestigiadas no novo texto - afirma -, "poderá ocorrer um endurecimento de direita ou uma revolução de esquerda". Na última viagem que fez com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, Bastos afirmou que no sul do Pará "o clima é de guerra civil". (FSP - 11/11/87)

Trabalhadores Rurais

LUTA POR TERRA MARCA COM MORTE O COTIDIANO DE MARABÁ

Marabá, situada no sul do Pará, cortada pela Transamazônica e com acesso para a Belém-Brasília, a 100 km da confluência dos rios Tocantins e Araguaia, é sede econômica de uma das regiões mais violentas do país. Segundo dados divulgados em março de 1987 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Belém (capital do Pará) e não contestados pela PM local, nos últimos dez anos 345 lavradores foram mortos em conflitos de terra no Pará, a maioria ao sul do Estado. Esta região tem área maior, por exemplo, do que qualquer dos Estados do Nordeste, e abrange os municípios de Marabá, Xinguara e São João do Araguaia (o "polígono das castanhas", com 800 mil hectares, mais de cinco vezes a cidade de São Paulo), Itupiranga e Nova Jacundá. Ocorreram aí, atualmente, ainda segundo a CPT, 49 conflitos, cada um envolvendo pelo menos 40 famílias, e outros de menores proporções. A União Democrática Ruralista (UDR) fundou, há um mês, sua sede em Marabá, e realizou dia 31 seu primeiro leilão. Segundo seu presidente, o advogado e ruralista Sérgio Ribeiro Correia, a UDR-Marabá já filiou cerca de 1.500 fazendeiros nos municípios citados. Elogiando as recentes medidas do Ministério da Reforma Agrária (Mirad), que incluíram a extinção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Correia afirma que se o governo "tiver pulso", poderá desta vez dar "grandes passos" para a solução dos conflitos no campo. Disse também que a fundação da UDR-Marabá deverá contribuir para atenuar a tensão na região. O posseiro Francisco Alves Machado, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), discorda de Correia. Machado condena o pacote governamental e acusa a UDR

de "contatar pistoleiros" para "assassinar posseiros", contando com impunidade que seria garantida por uma polícia conivente. O tenente-coronel Reinaldo Pessoa Chaves, comandante da Polícia Militar local, refuta as acusações de que seja conivente com pistoleiros. "Os posseiros também nos atacam - afirma. Dia 13 de agosto, por exemplo, sofremos uma emboscada no castanhal do Pau Preto, propriedade de Aziz Mutran. Um soldado e três posseiros morreram". Chaves diz que tanto a UDR quanto a CPT e o sindicato de lavradores poderão contribuir para a diminuição dos conflitos ou para a sua intensificação. Também acusando a UDR, o técnico agrícola francês Emmanuel Wanbergue, atual presidente da CPT-Marabá (com área de abrangência idêntica à da UDR local), diz que a entidade ruralista apenas dá uma aparência mais "modernizadora" aos fazendeiros. "Eles agora se organizam e dizem que são favoráveis ao diálogo. São obrigados a moderar o discurso. Mas a prática de pistolagem continua a mesma", afirma. (FSP - 1/11/87)

PM CATARINENSE DESPEJA 4 MIL COLONOS SEM TERRA

As 1.200 famílias de trabalhadores rurais sem terra (cerca de 4 mil pessoas) que invadiram no sábado a fazenda Campo Grande, neste município do oeste de Santa Catarina, foram retiradas ontem pela Polícia Militar. Para cumprir o mandado de manutenção de posse concedido pelo juiz da comarca de Campo Erê à empresa Weiss e Cia. Ltda, proprietária da área de 250 ha, a polícia reuniu mais de 500 homens dos batalhões de chapecó, Canoinhas e Lajes. O grande contingente, justificado pela ameaça de reação que teria partido dos sem-terra, foi desnecessário. Os policiais chegaram à fazenda Campo Grande antes das 8h. Cercaram o acampamento dos colonos e, com uso de megafones, chamaram os líderes do movimento para ouvir o mandado do juiz. Imediatamente, todos os

acampados, crianças à frente, postaram-se diante dos policiais e seus líderes ainda tentaram um diálogo. O major Flávio Luiz Pancera, comandante da operação, e o oficial de Justiça Ivo Antonio Scheren argumentaram que estavam apenas cumprindo ordens e não tinham autorização para negociar. A partir daí, a operação transcorreu com rapidez. As famílias voltaram às barracas, recolheram seus poucos objetos (utensílios domésticos, ferramentas, roupas e colchões) e iniciaram a subida até a estrada onde estavam estacionados mais de 20 ônibus e caminhões que os levariam de volta às suas localizações de origem. Entre os ocupantes da fazenda Campo Grande, a maioria é arrendatária na região. Segundo Argemiro Martins, um dos líderes do movimento, havia também trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros dos municípios de Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste e Romelândia. Em Chapecó, o Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Nicodemus Bráulio Cordeiro, disse que o despejo de 500 famílias que ocuparam desde sábado a fazenda Caçadorzinho, no município de Irani, no oeste do estado, poderá ser executado hoje. (JB - 5/11/87)

CAMPONES LAMENTA DECRETO

Os presidentes de 156 sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco, reunidos ontem no Conselho da Federação Estadual (Fetape), decidiram protestar contra o governo federal por ter, com a edição do Decreto-Lei 2363/87, eliminado a possibilidade de se fazer reforma agrária no país. "O governo Sarney resolveu tirar a máscara e assumir de vez sua posição de inimigo dos trabalhadores rurais", dizem os líderes camponeses pernambucanos numa nota divulgada após o encontro, acrescentando que "o governo é a cara da UDR". Na mesma reunião, os sindicalistas decidiram ratificar a posição assumida no congresso da CONfederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), de não mais

participar das comissões agrárias que, segundo o Estatuto da Terra, tem o poder de julgar os processos de desapropriação de terra para fins de reforma agrária. "Não

há mais qualquer sentido em participar destas comissões, visto que a reforma agrária não mais existe", afirma o documento. Os dirigentes sindicais pernambucanos protestam contra o Decreto 2363/87 - o mesmo que extinguiu o Incra - principalmente por entenderem que ele, na prática, revogou o Estatuto da Terra, negando a função social da propriedade. "A lei exclui de qualquer possibilidade de reforma agrária propriedades com menos de 500 hectares, independente de estarem cumprindo sua função social", dizem os sindicalistas, lembrando ainda que a lei reserva para o antigo proprietário 25% da terra desapropriada. "Tornou-se pura perda de tempo continuar falando no assunto", afirmam. A Fetape e os sindicatos marcaram para a próxima terça-feira, em Recife, um ato público de protesto, seguido de passeata pelas ruas centrais, anunciando a participação de delegados de todos os municípios do estado. "Vamos denunciar à sociedade o fato de este decreto ter sido inspirado nos mais reacionários políticos brasileiros", diz o documento da Fetape, acrescentando que a nova lei fundiária do país foi baseada em emendas apresentadas à Constituição pelos deputados Roberto Cardoso Alves (SP), Rosa Prata (MG), Jorge Viana (BA), todos do PMDB e "vinculados aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira". (JB - 4/11/87)

EM SÃO PAULO, 350 FAMÍLIAS OCUPAM FAZENDA

Um grupo de aproximadamente 350 famílias, vindas de diversas regiões do Estado, ocupou na última segunda-feira parte da fazenda Reunidas, em Promissão (480 km a noroeste de São Paulo). Ontem pela manhã, os sem-terra reuniram-se com uma comissão formada por trabalhadores rurais, técnicos do Instituto Fundiário e do Ministé-

rio da Reforma Agrária, mas não conseguiram chegar a um acordo. A invasão foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (SP). O diretor do sindicato, João Antônio Savedra, informou que o grupo é formado, em sua maioria, por favelados, ólias-frias e "meieiros" (agricultores que cultivam a terra em troca de 50% da colheita). A fazenda Reunidas, de 17 mil hectares, foi desapropriada em fevereiro pelo extinto Incra que, segundo Savedra, concedeu imissão de posse a cinquenta famílias que em janeiro ocuparam a propriedade, mas não foram assentadas. (FSP - 5/11/87)

Trabalhadores Urbanos

TRABALHADORES DECIDEM ENCERRAR GREVE NA AUTOLATINA

A greve dos 30.700 horistas da Volkswagen e da Ford, em São Bernardo do Campo (região sudeste da Grande São Paulo), foi encerrada na manhã de ontem, depois que os trabalhadores decidiram, em assembléias, aceitar a nova contraproposta da Autolatina - "holding" que administra as duas montadoras - estabelecendo, entre outros itens, uma antecipação salarial de 17% e um abono de Cz\$ 6 mil a ser pago no próximo dia 10. No total, os trabalhadores conseguiram um reajuste de 31,69% sobre os salários de setembro, incluindo os 12,78% que a empresa já havia proposto anteriormente a título de antecipação da Unidade de Referência de Preços (URP) de outubro e de novembro, mais o resíduo inflacionário. A greve durou catorze dias, nove dos quais úteis, período em que a Autolatina deixou de produzir 13.500 veículos, correspondentes a um faturamento médio de Cz\$ 6,75 bilhões. "Não era o que queríamos (os trabalhadores reivindicavam reposição salarial de 65,9%), mas analisando todo o pacote da contraproposta e a conjuntura, os trabalhadores decidiram, estrategicamente, que era o momento de vol-

tar", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva. Na sua avaliação, a greve teve êxito por três motivos: "Mostrou que os trabalhadores não aceitam o arrocho salarial do Plano Bresser, serviu para levantar a cabeça do movimento sindical a nível nacional e deu mais força para o conjunto da categoria continuar lutando pela reposição nas demais empresas". (FSP - 4/11/87)

DOCAS TERÁ A PARTICIPAÇÃO DE PORTUÁRIOS

Os 3 mil 400 portuários fluminenses serão chamados às urnas, hoje, pelo sindicato da categoria, para eleger três candidatos ao conselho de administração da Companhia Docas do Rio de Janeiro (da lista triplíce a estatal portuária escolherá um nome) e um candidato à diretoria-executiva. No dia 24 de novembro vão eleger, também pela primeira vez nos 77 anos de história do porto do Rio. os 50 membros do conselho deliberativo do clube dos portuários, que escolherá a diretoria-executiva, composta de seis membros. Não nasci para ser ditador - comentou o presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Márcio Macedo, que promoveu a escolha democrática de um representante dos trabalhadores para o conselho de administração, bem como as eleições no clube portuário - administrado, até agora, por pessoas indicadas pela presidência da Companhia Docas. O Sindicato dos Portuários, por sua conta, decidiu incluir na cédula cinco nomes de candidatos à diretoria-executiva da Companhia Docas do Rio de Janeiro, na esperança de que o eleito seja aceito pela Portobrás, órgão do ministério dos Transportes que controla o sistema portuário nacional. O presidente do Sindicato dos Portuários, Valdir Rocha, negocia, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, reajuste salarial para a categoria de 56%, necessário, segundo ele, para recompor o poder aquisitivo, já que em junho os portuários conse-

guiram aumento real médio de 10%. No sindicato o clima era de apreensão, com os boatos de que o governo tem pronto um projeto de extinção da Portobrás, com a regionalização dos portos e sua privatização. (JB - 29/10/87)

CUT NEGOCIA COM FIESP REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS

Um aumento emergencial de 65,9% foi pedido ontem aos representantes do Grupo 14, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, que também é coordenador do Departamento de Metalúrgicos da Central Única de Trabalhadores (CUT). Esse aumento visa compensar as perdas salariais da categoria, sofridas de 28 de fevereiro de 1986 até outubro de 1987, disse o dirigente sindical. O pedido não foi atendido por ser "totalmente elevado, acima das condições de atendimento das empresas", disse Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14, que reúne os 22 sindicatos da indústria deste setor. Mas foi marcada uma segunda reunião para as 15h da próxima segunda-feira, dia 9, para novos entendimentos. (FSP - 6/11/87)

GRUPO 14 DA REAJUSTE FORA DA DATA-BASE

Numa atitude inédita na história das negociações salariais coletivas, o Grupo 14, comissão que reúne os empresários do setor metalúrgico, aceitou ontem reajustar oficialmente os salários de cerca de seiscentos mil dos seus empregados fora de suas respectivas datas-base. A oferta responde a uma carta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, enviada na semana passada, reivindicando 65% de reajuste. A contraproposta empresarial concede uma antecipação de 15% sobre o salário de outubro, a ser compensada na próxima negociação dessas categorias, em

abril de 88. Trata-se de um adendo ao último acordo coletivo, extensivo aos sindicatos do interior, que deverá ser avaliado em assembléia, na próxima quarta-feira, pelos trabalhadores. "Estamos apenas reconhecendo uma situação emergencial na qual precisamos melhorar a relação entre capital e trabalho", afirmou o diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e coordenador do Grupo 14, Roberto Della Manna. A emergência à qual ele se refere não está apenas no fato de que "o trabalhador não está ganhando tanto quanto deve, embora não esteja recebendo mal". Está, também, na fase porque atravessa o movimento sindical, onde o surgimento recente de novas lideranças determinou "um momento político especial", na avaliação do empresário. A perspectiva de greve por empresa a serem deflagradas por sindicatos ligados às centrais sindicais, convenceu os empresários do setor metalúrgico "a resolver o problema no geral e não no particular", como o próprio industrial observa. (FSP - 10/11/87)

Igrejas

CSN ACUSA CNBB E CIMI

Em documento sigiloso a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) afirma que a questão indígena oferece "riscos para a soberania e a integridade do território nacional", responsabilizando, principalmente, a Igreja Católica, através da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e de seu organismo específico, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi. Os estudos recomendam ao governo "ações enérgicas e decididas" para se "contrapor a todas as pressões do Cimi e das entidades que o apóiam, evitando o "esfacelamento do território nacional". O documento faz parte de um grupo de doze estudos cujas cópias foram obtidas com

exclusividade pela Folha enviados pela Secretaria-Geral do CSN - ocupada pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Denys - ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a participação do Cimi numa suposta conspiração internacional destinada a restringir a soberania do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas na região amazônica. A acusação foi publicada em agosto pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Os documentos foram enviados à CPMI-Cimi atendendo ao pedido da Comissão, que requisitou informações sobre o projeto Calha Norte (plano de ocupação militar e desenvolvimento econômico de 6.500 km de fronteira norte do país). Em outro documento, datado de 3 de junho de 1986, o CSN propõe a criação de um grupo de trabalho interministerial, formado por representantes do SNI - Serviço Nacional de Informações -, da Secretaria-Geral do CSN e do Itamaraty, para, "em caráter confidencial, estudar o problema da ingerência da Igreja nos negócios do Estado". A recomendação parte da avaliação de "despreparo governamental" diante da atuação da "minoridade 'progressista' da Igreja". Os estudos são divididos em doze pastas: Estudos preliminares que levaram à elaboração do Projeto Calha Norte; relação dos campos de pouso na área do projeto; A questão indígena e os riscos para a soberania e a integridade do Território nacional; manifestação da Igreja Católica sobre o projeto; questão indígena - meio ambiente - exigências internacionais; atuação do Cimi; artigos publicados na imprensa sobre o projeto (duas pastas); repercussão do projeto na Venezuela; um dossiê sobre d. Aldo Mongiano, bispo de Boa Vista (RR), e um boletim do Cimi sobre o Calha Norte. Na análise que faz da atuação da Igreja no Brasil, os documentos do CSN diz que a "corrente progressista" do clero "ocupa todos os postos de direção da CNBB, imprimindo-lhe uma linha essencialmente sócio-política, quando não revolucionária". Depois de descrever a "vasta

estrutura" da Igreja, usada, segundo o documento, para a "doutrinação - divergente dos ensinamentos evangélicos", aproveitando a "sensibilidade religiosa do homem brasileiro para a exploração dos desníveis sociais e das dificuldades por que passa a grande maioria do povo", o CSN sugere algumas medidas. Entre elas, a "ampliação dos programas sócio-econômicos do governo, como medida eficaz para a retirada dos pontos de sustentação das campanhas da Igreja". O grupo de trabalho interministerial, também proposto pelo CSN, teria entre suas atribuições sugerir medidas para privilegiar os contatos do governo com os setores "tradicionais" da Igreja; "mobilização das diversas correntes políticas que apóiam o governo, para se contraporem às ações do clero, naquilo que for adverso aos objetivos de governo", e criar mecanismo de controle de atuação das organizações religiosas no Brasil, da participação de sacerdotes estrangeiros e do ingresso de recursos estrangeiros "destinados às campanhas da Igreja". (FSP - 31/10/87)

SNI 'ACOMPANHA' ATUAÇÃO DE BISPO DE RR

Baseado em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) que "vem acompanhando o comportamento de d. Aldo Mongiano", bispo de Boa Vista, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) preparou um dossiê que integra o grupo de estudos enviados à comissão, e conclui que o bispo italiano vem "transgredindo" a Lei dos Estrangeiros. A SG/CSN propõe no documento que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, decida sobre a "oportunidade de determinar à Polícia Federal uma ampla investigação" das atividades do religioso, podendo "instaurar o competente inquérito objetivando sua expulsão do território nacional". Segundo o dossiê, d. Aldo, "é passível de expulsão por atentar contra a segurança nacional, a ordem política e social e a tranquilidade pública".

O documento afirma que "há depoimentos registrados no Congresso Nacional, relativos à sua época de bispo em Moçambique, que o identificam como extremo agitador, chegando mesmo a engajar-se no tráfico de armas para suprir guerrilheiros, além da orientação ideológica". Procurando onem às 12h30, d. Aldo não foi encontrado. Segundo a pessoa que atendeu o telefone na casa do bispo em Boa Vista, estava viajando. (FSP - 31/10/87)

D. LUCIANO MANIFESTA 'ESTRANHEZA' COM DOCUMENTOS DO CSN

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, foi recebido ontem, no início da noite, pelo presidente José Sarney. Acompanhado pelo secretário-geral da entidade, d. Celso Queirós, d. Luciano disse que foi "manifestar estranheza" ao presidente pelos documentos produzidos pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN) sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil e de suas entidades, em especial o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Os doze estudos foram enviados pela SG-CSN à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação do Cimi, e sua existência foi revelada pela **Folha** no último sábado, com exclusividade. Nos estudos, o clero "progressista" é acusado de pregar uso da força nas reivindicações sociais, e as entidades da Igreja de comprometer a soberania nacional com seu tratamento da questão indígena. D. Luciano disse que o presidente Sarney prometeu fazer uma sindicância para apurar a procedência dos documentos. Segundo o presidente da CNBB, a entidade responde às principais acusações da SG-CSN em folheto à disposição na sede nacional, em Brasília. (FSP - 5/11/87)

D. LUCIANO DIZ QUE TEXTOS DO CSN "NÃO SÃO ATUAIS"

O presidente da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, disse ontem, em Campo Grande (MS), os estudos elaborados pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), de não serem "atuais". D. Luciano disse que "percebo neles a apresentação de um Estado marcado pelos famosos objetivos nacionais, pela doutrina da segurança nacional, que contrasta com a imagem de um Estado que para nós deveria ser democrático", disse. O presidente da CNBB aproveitou sua ida a Campo Grande, onde participou da solenidade de comemoração do 25º aniversário das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, e distribuiu exemplares do fascículo "A Verdadeira Conspiração contra os Povos Indígenas, a Igreja e o Brasil". A obra, de 51 páginas, foi preparada pela CNBB e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para responder ao documento do SG/CSN, que foram entregues à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI), instalada no Congresso Nacional para apurar denúncias contra o Cimi. Em entrevista coletiva concedida às 17h30 de ontem, d. Luciano criticou mais "três coisas" no documento da SG/CSN. A primeira delas refere-se à política revelada nos estudos. "Esse documento revela que a política indigenista do governo conduz ao desaparecimento das comunidades indígenas, porque oferece ao índio civilizado um tratamento que não é mais de índio", afirmou. D. Luciano, no segundo ponto, diz que o documento "agride" a ação pastoral da Igreja Católica do Brasil, e "pessoas concretas, inclusive eu, sem nenhuma prova". O arcebispo disse que fez apenas uma "análise superficial" dos estudos por "falta de tempo". Para d. Luciano, a política de fronteiras estabelecidas no projeto Calha Norte "desconhece o direito que o índio tem ao seu desenvolvimento e a seu progresso, em suas terras". Esses foram os motivos, segundo ele, que o levaram até o gabinete do presidente Sarney, anteontem. (FSP - 6/11/87)

CNBB REFUTA AS ACUSAÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem nota à imprensa repudiando os documentos elaborados pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) que responsabilizam o "clero progressista" da Igreja Católica pelo "surgimento de focos de tensão em todo o país". Na nota, a CNBB afirma que "os documentos contêm uma série de acusações infundadas, que distorcem a verdade quanto à ação pastoral da Igreja. Há, além disso, agressões contra bispos e missionários. São especialmente graves as calúnias contra d. Aldo Mongiano, bispo de Boa Vista, em Roraima". (FSP - 10/11/87)

de postos da própria Funai na região tiveram um encontro para deliberar o que fazer diante do avanço das madeireiras, que já chegaram ao rio Piolho, terra dos índios mequéns. Eles denunciaram o processo de aliciamento dentro das tribos - onde os mateiros oferecem dinheiro para conseguir colaboradores - e revelaram a existência de outras firmas que estão trabalhando na derrubada, protestando contra os contratos clandestinos e o "roubo da madeira", à revelia das comunidades. (JB - 5/11/87)

FUNAI ADMITE QUE TIRAR MADEIRA DE ÍNDIO É IRREGULAR

Ao assinar contratos com empresas de Rondônia para explorar madeira nas terras indígenas, a Funai atropelou o Estatuto do Índio - que em seu artigo 46 condiciona o corte de madeira à existência de um plano de manejo aprovado pelo IBDF - e feriu a Constituição, que obriga os órgãos públicos a abrir licitação para realizar negócios com o setor privado. Em entrevista em Brasília, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, não só admitiu a irregularidade do contrato firmado com a Madeireira Varzeagrandense, como revelou o subterfúgio que usou para burlar a lei: os contratos foram firmados sem a anuência do IBDF, pois isto exigiria uma portaria conjunta Funai/IBDF e obrigaria a realização de concorrência pública. O presidente da Funai justificou os contratos com o argumento de que a entidade não tem recursos. Um dos contratos, entretanto, não fala em dinheiro. No outro, a maior parte das benfeitorias se destina a montar a infraestrutura necessária para o trabalho da madeireira. Do total de Cz\$ 7,5 milhões que a Madeireira Noroeste estipulou como valor desse contrato, em troca da extração de 5 mil metros cúbicos de mogno da reserva indígena de Rio Branco, restariam ape-

Índios

FUNAI CONTRATA MADEIREIRA PARA EXPLORAR ÁREA INDÍGENA

A Funai está permitindo a exploração das terras indígenas de Rondônia, dando passe livre a empresas madeireiras, através de contratos sigilosos. O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assina um desses contratos, firmado em Brasília em setembro com a Madeireira Várzea Grandense, para retirar 55 mil metros cúbicos de mogno e cerejeira das reservas do Vale do Guaporé. O valor deste contrato, a preços atuais, seria de Cz\$ 5 bilhões. Um outro documento, em papel timbrado da Funai, consolidou a transação com a Madeireira Noroeste para explorar a madeira da área indígena do Rio Branco, no município de Rolim de Moura (RO), com o aval do superintendente executivo da entidade, Eraldo Fernandes da Silva, responsável pelo setor que engloba os estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em fins de outubro o líder do PFL na Assembleia Legislativa, Silvernani Santos, denunciou os contratos, o que motivou corte de recursos que a Funai recebia do Banco Mundial. No dia 4 de outubro, no acampamento indígena Marco 27, oito chefes

nas Cz\$ 725 mil para os índios. Curiosamente, a empresa não prevê o custo de

seu trabalho e nada fala sobre lucros. Romero Juca disse que os contratos são "provisórios" e visariam a "colocar um pouco de ordem numa situação de fato". Nos documentos assinados entre a Funai e as madeireiras Varzeagrandense e Noroeste, entretanto, os prazos de retirada da madeira são elásticos: de 12 a 36 meses, podendo se estender enquanto a região estiver sob "condições climáticas adversas". (JB - 6/11/87)

IBDF PODE ANULAR CONTRATOS DA FUNAI COM MADEIREIRAS

O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) poderá cancelar os contratos assinados entre a Funai e empresas particulares para extração de madeira em terras indígenas. A Procuradoria-Geral da República está preocupada com as notícias sobre os acordos e os considera duvidosos. O secretário-geral do IBDF, José Carlos Carvalho, disse ontem que os contratos serão analisados à luz do Código Florestal e do Estatuto do Índio. Se for constatada qualquer irregularidade, os contratos poderão ser cancelados. No entanto, em nota de esclarecimento publicada nos jornais locais no dia 10 de outubro, o delegado do instituto em Rondônia, Luis Alberto Guimarães, lembrava que pela Lei nº 7.511, de 86, a exploração de madeira em área indígena "só pode ser autorizada pelo IBDF, através da apresentação e aprovação de projeto de manejo e rendimento sustentado, fato não acontecido nesta delegacia até a presente data". Ao assinar os contratos, em vários momentos, o presidente da Funai, Romero Jucá, atropelou a proposta de portaria conjunta que ele próprio apresentou em setembro ao IBDF. Logo no primeiro parágrafo, a Funai estabeleceu que "não haverá exploração em áreas onde a população indígena esteja em processo de atração ou seja recém-contactada". Segundo a equipe de indigenistas e antropólogos do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), essa regra foi violada pelo menos em dois casos:

o dos uru-eu-uau-uau onde uma parte deles foi contactada há pouco tempo, existindo inclusive grupos arredios na área - e dos nhambiquaras, contactados há mais tempo, mas que mal falam o português. Mais adiante, a Funai condiciona a exploração madeireira ao consentimento da comunidade indígena - que não vem sendo ouvida na maioria dos contratos - e propõe que "toda exploração de recursos florestais em área indígena deverá se processar através de licitação pública". Os contratos assinados pela Funai no entanto estabelecem a exploração através de permuta, o que dispensa a licitação. O mais grave: no parágrafo 8 a Funai propõe que "o pedido de autorização deverá ser encaminhado pela Funai ao IBDF e está condicionado à elaboração, pela Funai, de programas e projetos destinados ao aproveitamento ou recuperação das florestas, das terras exploradas e à assistência do índio". Isso não foi feito. (JB - 7/11/87)

MADEIREIRA TROCA MOGNO DOS ÍNDIOS POR JIPE

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, apesar de dirigir uma instituição responsável pela defesa dos interesses indígenas, assinou, em setembro deste ano, um contrato com a Mehl Florestal da Amazônia Ltda. que favorece a madeireira e lesa as comunidades indígenas do Vale do Guaporé (Rondônia). O contrato é de permuta, o que, por lei, dispensa a licitação pública (não a avaliação prévia) e subentende uma equivalência de ganhos para ambas as partes. No entanto, com a extração dos 12 mil metros cúbicos de mogno, cedro e cerejeira, a Mehl Florestal poderá obter, na pior das hipóteses, a quantia de Cz\$ 33 milhões. Dará em troca, aos índios, dois tratores, um jipe Toyota e construirá três escolas e um posto de enfermagem, tudo no valor de Cz\$ 4 milhões 387 mil. Um lucro, portanto, com a permuta, de Cz\$ 26 milhões 613 mil. Em Vilhena (RO), o metro cúbico de mogno em pé está cotado

em Cz\$ 3 mil, enquanto o de cerejeira (ou cedro) chega a Cz\$ 1 mil 500. Com a simples venda dos 10 mil metros cúbicos de mogno, mil de cedro e mil de cerejeira, a madeireira obteria Cz\$ 33 milhões - isso sem falar que o metro cúbico de cedro beneficiado (em pranchas), por exemplo, chega a Cz\$ 14 mil no Rio de Janeiro (total de Cz\$ 140 milhões) e a 600 dólares para exportação (Cz\$ 580 milhões). Em troca, em vez dos espelinhos e das miçangas dos primeiros tempos de colonização, os tutelados da Funai receberão dois tratores Massey Fergusson, zero quilômetro, equipados com carreta - o primeiro a ser entregue em agosto de 88 e o segundo em agosto de 89 (a preços de hoje, Cz\$ 806 mil cada um a revendedora Arapaima, de Vilhena); um Toyota zero quilômetro, com carroceria de madeira - trinta dias após a assinatura do contrato (Cz\$ 815 mil na Atalaia Veículos, também de Vilhena); e a construção de três escolas - com conclusão até março de 88 - e um posto de enfermagem - até junho de 88 -, todos com estrutura de madeira e telhado de amianto, cada um com área mínima de 70 metros quadrados. (JB - 11/11/87)

COORDENADOR SUGERE TUTELAR A FUNAI

O coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak, estranhou o contrato de permuta assinado por Jucá entre a Funai e a Mehl Florestal, que lesa os índios em pelo menos Cz\$ 26 milhões 313 mil, mas afirma que o problema é, na verdade, bem mais sério: A Funai está se omitindo de sua única função, que é assistir as comunidades indígenas, para assumir o papel arbitrário de exploradora do patrimônio indígena - acusou Krenak. Ailton Krenak estranhou também que a Funai não tenha sabido calcular o valor da madeira e exigir em troca a equivalência em bens e serviços. "Sendo assim, acho que a atual administração da Funai precisa urgentemente ser tutelada por alguém. Vamos sugerir que a Procurado-

ria-Geral da República inclua a Funai no Código Civil como menor de idade e que passe a tutelá-la". É lamentável que a Funai tenha que vender a Amazônia, que é um patrimônio de toda a humanidade, para cumprir sua função de assistir aos índios. Daqui a 15 anos, quando já tiver vendido a floresta, restará a ela vender os próprios índios como mão-de-obra - disse o coordenador da UNI. Com a Mehl Florestal, o presidente da Funai também assinou um estranho contrato que transforma os índios em assalariados. O contrato, assinado em setembro, prevê a extração de 5 mil metros cúbicos de mogno da reserva indígena Rio Mequens, em Rondônia. Em troca, o contrato estabelece que cada chefe de família deverá receber, durante sua vigência (36 meses), "o equivalente a um piso salarial nacional, que equivale nesta data a Cz\$ 2.400". O contrato fala também na construção, pela empresa, de uma miniusina processadora de borracha, "que deverá ser entregue até o mês de março de 1988". Tornar uma comunidade indígena na assalariada é um dos meios mais nefastos de desestruturar completamente toda a sua vida interna e torná-la eternamente dependente de quem lhe paga o salário. E, quando esse contrato acabar, como é que a comunidade vai sobreviver sem esse salário mínimo, que não passa de uma forma artificial de subsistência? - protesta o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antonio Brand. (JB - 11/11/87)

TERRA INDÍGENA SÓ É FARTO NO PAPEL

Os cerca de 200 mil índios brasileiros dispõem de uma área total de 74 milhões 500 mil hectares, mas isso não é uma garantia de vida feliz para eles. Apenas 3,88% de suas terras (2 milhões 900 mil hectares), correspondentes a 41 das 518 áreas indígenas do Brasil, estão regularizados. Quase um terço das áreas - 167 - foi invadido (ou está em vias de o ser)

por mineradoras, garimpeiros, hidrelétricas, estradas ou ferrovias. E nem estão contadas aí, por exemplo, as invasões de fazendeiros e madeiras - uma prática generalizada - das quais não existem estatísticas conclusivas. 16

Esses números constam do relatório Terras indígenas no Brasil, elaborado pelo Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Tanto empenho resultou num minucioso documento de 130 páginas, ilustrado com mapas, tabelas e gráficos, contendo uma listagem completa de cada uma das 518 áreas indígenas, com sua extensão, número de habitantes, condição jurídica e situação diante da invasão branca. Entre outras conclusões, o relatório afirma que "a atuação da Funai tem sido extremamente lenta e ineficaz na preservação dos índios e de seu habitat". A Lei 6.001, de 1973, dava cinco anos à Funai para promover a demarcação de todas as terras indígenas. Hoje, quase dez anos após a conclusão desse prazo, existem efetivamente regularizadas somente 3,88% desse total, permanecendo a grande maioria das áreas (50,39%) em uma delicada situação de somente identificadas pela Funai, o que representa um verdadeiro "Limbo administrativo" quanto à garantia de seus direitos", afirma o relatório assinado pelos seus coordenadores - os antropólogos João Pacheco de Oliveira Filho, do Museu Nacional, e Carlos Alberto Ricardo, do CEDI. Para Carlos Alberto Ricardo, essa realidade insere-se na concepção oficial de que os índios são uma espécie de "categoria transitória" e que,

por serem progressivamente forçados a se integrar à civilização branca, até desaparecerem forçados a se integrar à civilização branca, até desaparecerem enquanto índios, não precisam ter seus direitos definitivos reconhecidos. A estratégia é dar a eles apenas direitos provisórios, os quais vão sendo progressivamente cassados e confiná-los em áreas cada vez menores. Por isso, apenas 3,88% da extensão total das terras indígenas estão efetivamente regularizadas, garantindo a seus habitantes o direito sobre elas - diz o antropólogo. O Museu Nacional e o CEDI acusam a Funai de não ter tido um bom desempenho "sequer no tocante à proteção das áreas identificadas e/ou delimitadas". "Garimpos, atividades de pesquisa ou lavra por empresas mineradoras, implantação de hidrelétricas, passagem de estradas, entre outras, têm afetado seriamente o uso e a posse pelos indígenas de seu habitat" -, afirma o relatório, lembrando a inexistência de dados concretos outros tipos de invasões (como de fazendeiros e madeiras). Segundo o dossiê, quase 70% das terras indígenas estão sofrendo algum tipo de ação de mineradoras (dados sobre a concessão de alvarás de pesquisa ou lavra levantadas junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral pela Confederação Nacional dos Geólogos e CEDI), enquanto 22 áreas sofrem ação dos garimpos, 40 estão afetadas por barragens e hidrelétricas já construídas ou em fase de planejamento e 73 estão ou serão cortadas por estradas e ferrovias existentes ou projetadas. (JB - 8/11/87)